DESDEMOCRACIA: UMA CONEXÃO MORAL, ECONÔMICA E POLÍTICA ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

Ongoing democracy: a moral, economic and political connection through education

Amanda André Mendonça*

Fernanda Pereira Moura**

RESUMO: Diante de um cenário de retiradas de direitos e de ataques as chamadas minorias políticas, o campo educacional vem se destacando como uma das arenas principais onde tais ataques são realizados. O país passou de um breve momento de crescimento das políticas públicas para estes segmentos, especialmente vida educação, para outro de total perseguição a ideia de políticas educacionais que incluam a temática da diversidade, gênero e sexualidade. Buscamos com este artigo trazer elementos que possam ajudar a compreender esta mudança de cenário. Acreditamos que tal mudança está relacionada a uma vinculação entre a dimensão moral e econômica, onde a primeira, mobiliza através do medo mudanças de caráter antidemocráticas nos demais campos, conformando um quadro de *desdemocracia*. Assim, procuramos com este texto resgatar o breve percurso das políticas públicas educacionais que incluíam as temáticas de gênero e sexualidade, apontando para agentes e conformação de cenários que nos permitem hoje analisar a conexão entre conservadorismos, a mobilização de públicos e a ascensão de projetos autoritários. Para isso, analisamos projetos de lei, discursos e documentos disponíveis na internet.

Palavras-chave: Educação; gênero; democracia.

ABSTRACT: Faced with a scenario of withdrawals of rights and attacks on so-called political minorities, the educational field has been standing out as one of the main arenas where such attacks are carried out. The country went from a brief moment of growth of public policies for these segments, especially life education, to another of total persecution of the idea of educational policies that include the theme of diversity, gender and sexuality. With this article we seek to bring elements that can help to understand this change of scenario. We believe that such a change is related to a link between the moral and economic dimension, where the first, mobilizes fear of anti-democratic changes in other fields, forming a framework of *disdemocracy*. Thus, we seek with this text to rescue

* Pós-doutoranda em educação, doutora em Política Social, mestre em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE / UFRJ. Tem experiência na área de Sociologia da educação, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia da educação, gênero, educação, laicidade e Políticas Públicas. Foi professora substituta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e tutora do CEDERJ. Atualmente é docente na Universidade Estácio de Sá e integra o Observatório da Laicidade na Educação - OLÉ. E-mail: amandademendonca@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3324-5672>

** Doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense, possui mestrado em Ensino de História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), especialização em Gênero e Sexualidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2014) e graduação em História também pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008). Tem experiência na área de História com ênfase em Ensino de História. Pesquisando também identidade e diferença, currículo, políticas públicas para a educação, gênero e sexualidade, laicidade, conservadorismo e fundamentalismo religioso. E-mail: fernandapmoura@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7194-6870>

the brief path of public educational policies that included the themes of gender and sexuality, pointing to agents and shaping scenarios that allow us today to analyze the connection between conservatism, the mobilization of audiences and the rise of authoritarian projects. For this, we analyze bills, speeches and documents available on the internet.

Keywords: Education; gender; democracy.

Introdução

Este artigo foi escrito em uma conjuntura em que episódios de ataques aos direitos LGBTIs e para a chamada “ideologia de gênero” na educação são cada vez mais frequentes. No início de setembro de 2019 o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), mandou recolher o material escolar de ciências para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental¹, pois segundo ele a apostila trazia conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Doria escreveu em uma rede social: “Não concordamos e nem aceitamos apologia à ideologia de gênero”. Na semana seguinte foi a vez do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), determinar que fossem recolhidos materiais por conteúdo inapropriado. O prefeito considerou a história em quadrinhos “Vingadores: A cruzada das crianças”, em que dois dos personagens da saga são namorados e aparecem se beijando em um painel, conteúdo sexual para menores e ordenou que fosse recolhida da Bienal do Livro, e disse: “A prefeitura do Rio de Janeiro está protegendo os menores da nossa cidade.”²

Estes dois episódios ilustram um quadro que pretendemos abordar nesse texto, o de pensar sobre a relação entre os crescentes ataques ao campo dos direitos das mulheres, dos estudos de gênero e sexualidades e a nossa democracia. Ou seja, como a retirada de direitos para estes segmentos sociais, o discurso moralista e conservador, estão atrelados e a serviço de uma *desdemocracia*. Nosso foco será analisar como tal conexão se manifesta de forma significativa na educação e buscar identificar possíveis elementos que nos ajudem a compreender este cenário complexo. Para isso, consideramos importante recuperar a conjuntura que antecedeu todos estes ataques. Acreditamos que assim será possível identificarmos os elementos, os *capitais*, os agentes e as estratégias que foram sendo constituídas para consolidar o quadro atual. Assim, realizamos levantamento bibliográfico e análise documental. Nossa principal fonte foram documentos oficiais, como Projetos de Lei, mas também discursos disponíveis na internet e materiais onde os agentes investigados apresentam seus argumentos.

Gênero e educação

No campo de produção das políticas educacionais a apropriação sobre “gênero” enquanto categoria ganhou destaque nos Parâmetros Curriculares Nacionais aprovados em 1997. Dos “Temas Transversais” nos PCN até os documentos e marcos legais mais recentes da educação houve avanço em relação à presença e à forma como a temática é apresentada. Entretanto, é importante

¹ Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero'. G1, 03 de set. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

² Marcelo Crivella, prefeito do Rio, manda recolher livro da Bienal e gera protestos. G1, 06 de set. de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/06/marcelo-crivella-prefeito-do-rio-manda-recolher-livro-da-bienal-e-gera-protestos.ghtml>. Acesso em: 04 de abril de 2020.

dizer que o estudo das relações de gênero na educação é ainda exordial, especialmente no que diz respeito às nossas diretrizes curriculares e à nossa formação docente (CARVALHO, 2000). São inúmeros os fatores que levam a esta reflexão. Dentre eles o fato de não termos nos currículos dos cursos de licenciatura disciplinas obrigatórias sobre a temática, o que não garante para os futuros professores (as) apreensão acerca da relevância da abordagem de tal tema entre os alunos e alunas, bem como a forma de realizá-la.

Este cenário sofreu alterações importantes nos anos 2000. O crescimento do feminismo no Brasil, que segundo pesquisa das sociólogas Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar - 50 Anos de Feminismo (1965-2015): Avanços e Desafios: Argentina, Brasil e Chile – apontam o país como tendo o maior nível organizacional dos movimentos de mulheres na América Latina, com estrutura que vai do municipal ao regional, estadual e nacional, articulando-se em uma multiplicidade de redes que por sua vez transitam nas várias instâncias governamentais nacionais e internacionais, tem sido determinante para tais modificações no quadro apresentado. Essa ampliação da atuação feminista veio acompanhada da preocupação com o desenvolvimento de políticas públicas.

Especificamente na educação, houve uma “ocupação” das esferas de debate e de formulação das políticas. Ao longo dos governos Lula assistimos a uma intensa articulação entre a Secretaria de Mulheres e o Ministério da Educação. Nos movimentos sociais ligados a educação o mesmo ocorreu. Nas Conferências de Mulheres os debates sobre perspectivas e papéis da educação e da escola estiveram presentes, assim como nas Conferências de Educação os movimentos de mulheres e as feministas se fizeram representar.

Todos estes pontos levantados corroboram para o entendimento de alguns segmentos sociais e políticos sobre a importância de se garantir que as diferentes instituições sociais, como a escola, sejam orientadas e planejadas a partir da concepção de que vivemos sobre uma sociedade machista e patriarcal, estruturada sob inúmeras desigualdades, cuja as instituições de ensino podem e devem atuar no enfrentamento e na mudança desta estrutura.

Importante dizer ainda que as pautas referentes a incorporação de gênero e sexualidade galgaram espaço diante das discussões e elaborações das políticas educacionais no Brasil dos anos 2000, referendadas pelos acordos e definições internacionais. O Brasil foi um dos 155 governos signatários da “Declaração de Jomtien”, ratificando-a durante a Cúpula Mundial Educação para Todos, em Dakar (Senegal). Uma das oito metas do Projeto Milênio referia-se à promoção da igualdade de gênero e ao *empoderamento* das mulheres (meta três), previstas como medidas necessárias para a melhoria das condições de vida pela ONU.

Foi nesse contexto, de forte influência das agências multilaterais, que se instaurou a preparação da comissão do Brasil para a participação na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que ocorreu em Durban, na África do Sul. Na oportunidade, o tema da discriminação com base na orientação sexual foi um dos principais problemas levantados (BRASIL, 2004a). Como consequência direta, tivemos a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) em outubro do mesmo ano, constituindo-se como uma das primeiras medidas adotadas pelo governo brasileiro para implementação das recomendações oriundas da Conferência de Durban.

O recém-formado Conselho Nacional de Combate à Discriminação contou com representantes de organizações da sociedade civil, do movimento LGBTI e dos movimentos de mulheres. Contudo, no que tange aos documentos de referência para a educação neste período, merece destaque o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2001, mas que não avançou no debate em relação à sexualidade, à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero (CARREIRA *et*

al, 2016). A menção da temática de gênero surgiu apenas em poucos tópicos e na análise diagnóstica formulada sobre alguns níveis de ensino (VIANNA & UNBEHAUM, 2004a, 2004b).

Com a mudança de governo, eleição de Lula, alterou-se também a relação com os debates em torno da produção de políticas públicas e a incorporação de gênero, sexualidade e orientação sexual. Grande parte da produção acadêmica que trata do tema no século XXI afirma que foi no governo Lula que a pauta passou a ser reconhecida a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa (CARREIRA, *et al*, 2016).

Nesse sentido, foram criadas várias secretarias especiais, entre elas: a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria Especial de Política para Mulheres, a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria Nacional da Juventude. Estas tinham como proposta original induzir a execução de políticas a partir da interseccionalidade³ de gênero, raça, sexualidade, geração, entre outras dimensões das desigualdades.

Como fruto desses esforços assistiu-se à criação de muitos projetos e programas relacionados à temática de gênero/sexualidade na educação escolar, como:

Tabela 1 - Programas com a temática de gênero do Governo Federal (2003-2019)

Projetos / programas	Diretrizes	Responsável	Período
Programa Mulher e Ciência	Estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País.	Grupo interministerial composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC).	2005/2017
Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero	Estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres em nosso país.	Resultado da parceria entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (Onu Mulheres).	2006/2017
Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos	Apoiar e incentivar estudos e pesquisas nessas áreas.	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	2005/2012
Pensando Gênero e Ciências	Encontro trienal com pesquisadoras e Núcleos de Pesquisa de Gênero das Universidades.	Iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) a partir do compromisso com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.	2006/2010
Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação	Ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas.	CNPq, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e Petrobrás, iniciada em 2013.	2013/2018

³ Conceito sociológico que refere-se ao estudo das interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder. Trata-se das interseções entre estes diversos fenômenos e como a consequência de diferentes formas de dominação ou de discriminação.

Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)	Curso de extensão ou especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às tais temáticas.	Articulação entre diversos ministérios (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), o Conselho Britânico (órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ)	2006/2016
O Curso Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP- GR)	Curso sobre Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Secretaria para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e Organização das Nações Unidas Mulheres	2011/2017
Observatório Brasil da Igualdade de Gênero	Estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres.	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em parceria com instituições governamentais, não-governamentais, universidades, agências internacionais e entidades da sociedade civil.	2009/2016
Visibilidade à produção cultural das mulheres	Selecionar projetos realizados por proponentes do sexo feminino, em âmbito nacional.	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	2013/2015
Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade	Apoiar a formação de gestores e educadores, a fim de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.	MEC / SECAD – educação continuada	2011/2012
Programa Pró equidade de gênero e raça	Objetivo de difundir novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, combater as dinâmicas de discriminação e desigualdade de gênero e raça praticadas no ambiente de trabalho, assim como promover a igualdade de gênero e raça no que diz respeito às relações formais de trabalho e à ocupação de cargos de direção.	Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho e ONU Mulheres.	2005/2019

Fonte: construída pelas autoras.

Destaca-se no âmbito do MEC o *Programa Educação para a Diversidade e Cidadania*, desenvolvido durante o ano de 2005 com o objetivo de promover políticas de educação inclusiva e de qualidade centrada na ética da diversidade. Neste período o foco principal das políticas educativas voltadas para o gênero e a diversidade sexual foi a formação docente.

Os mesmos elementos balizadores se aplicam ao programa *Educação e Gravidez na Adolescência*, dirigido à inclusão da educação sexual, dos direitos sexuais e reprodutivos e da saúde sexual e reprodutiva nos contextos escolares, o programa *Educando para a Igualdade Gênero, Raça e Orientação Sexual*, orientado para a formação de professores em gênero, orientação Sexual e diversidade étnico-racial em cinco estados brasileiros e o programa *Diversidade Sexual e Igualdade de Gênero nas Escolas*.

O quadro apresentado nos ajuda a perceber um cenário em que na esfera federal houve um investimento, através de programas de governos e iniciativas para a inserção da discussão e o reconhecimento da importância do debate de gênero nas políticas educacionais. Consideramos importante ressaltar que este investimento federal se deu a partir de um acúmulo histórico da luta de muitos movimentos e também com muita pressão. Não foi um processo sem contradições ou limites no interior do próprio governo. Além disso, é fundamental resgatar os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e a cobrança internacional de diversas agências em relação a esta temática. Ou seja, o quanto elas contribuíram, financeiramente e politicamente para o lançamento e a manutenção destes programas.

Ainda sobre estas iniciativas do governo federal, que apresentamos no quadro acima, é importante dizermos que estes programas receberam críticas de movimentos e setores que discutiam a pauta, principalmente à questões ligadas a destinação de recursos e também ao recuo em alguns pontos considerados estratégicos. Contudo, apesar de limitações e das críticas, os dados e até mesmo as análises produzidas sobre este período confirmam que foi o momento de maior crescimento e investimento nesta discussão. Nosso país nunca havia contado com tantas políticas governamentais que fomentassem os debates de gênero nas políticas educacionais. E nosso levantamento para elaboração do quadro acima confirma isso.

Mas esse cenário alterou-se imediatamente conforme a conjuntura pós golpe que *impeachou* Dilma Rousseff. Conforme o quadro aponta, todos os programas, por diferentes motivações, não existem mais. É de suma importância compreendermos que a escalada do conservadorismo e do extremismo religioso, diretamente atrelados as perseguições e aos ataques a esta pauta, não foram bem sucedidos somente pós golpe que retirou o partido dos trabalhadores da presidência da república. Ou seja, o que hoje se convencionou chamar de “onda conservadora” já tinha seus agentes atuando e obtendo vitórias relevantes ainda nos governos petistas, em um processo que envolveu inúmeras contradições e disputas.

Nesse sentido, é necessário destacar a ambiguidade envolvendo as ações do Executivo Federal por meio de governos petistas, bem como da maioria dos parlamentares vinculados à “bandeja cristã”, que compunham a base destes governos. A despeito da sinalização feita aos religiosos ainda nas campanhas, o Partido dos Trabalhadores (PT) manteve, por exemplo, sua resolução oficial favorável à legalização do aborto e à defesa das bandeiras do movimento LGBTI, o que tornou dúbia a função desses parlamentares, que apoiavam o governo em temas econômicos e de assistência social, mas divergiam abertamente quando os temas eram direitos sexuais e reprodutivos ou políticas para população LGBTI. A atuação do governo petista foi, portanto, contraditória e conflituosa.

Um exemplo significativo acerca dos conflitos no interior do próprio governo petista e sua base aliada foi o Projeto de Lei – PL nº 478/2007 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007), de estatuto do nascituro. O texto, originalmente de autoria dos deputados federais Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), prevê proteção integral ao nascituro, que tem sua natureza humana reconhecida desde a concepção.

Assistimos o governo Lula ampliar seu arco de alianças e suas parcerias, apresentando o discurso de que esta expansão garantiria governabilidade. Para Toni (2006) o governo Lula passou a trabalhar com um conceito de “governabilidade ampliada”, que reúne governabilidade institucional, econômica e social.

No âmbito da governabilidade social é que houve a abertura de espaço no interior do governo para lideranças das mais diversas religiões, especialmente evangélicos. Católicos permane-

ram tendo uma forte presença nas esferas decisórias do governo, mas agora dividiam lugar com outras religiões. Essa participação religiosa nos governos petistas significou, para Mariano (2006), frequentemente, a possibilidade de obter recursos do governo e legitimar a própria atuação religiosa no espaço público.

Enquanto católicos e evangélicos se dedicavam intensamente à defesa de uma moralidade cristã estrita, mediante a intervenção nas votações, nas políticas públicas e nos debates legislativos relacionados às propostas de descriminalização do aborto, a união civil de homossexuais, aos direitos humanos e sexuais, às tecnologias reprodutivas, feministas e defensores dos direitos LGBTI estavam do outro lado da trincheira, vários dos quais entrincheirados no governo lula.

O PT havia assumido compromissos de campanha com pautas das mulheres e da população LGBTI, mas sua composição enquanto governo e a formação de uma base aliada que garantisse a “governabilidade”, o que incluía necessariamente setores conservadores e agentes religiosos, contribuíram para os paradoxos da gestão petista e os conflitos inerentes a eles.

Não obstante, o fato de que grande parte das feministas e dos movimentos de mulheres haviam apoiado em alguma medida a eleição de Lula e a presença feminista no próprio partido contribuíram para o acirramento dos conflitos no interior do governo. Soma-se a isso todo o crescimento institucional e o poder de mobilização galgado pelos movimentos de mulheres desde a década anterior. Assim, a posição majoritária das articulações feministas frente aos governos petistas foi de ocupar os espaços institucionalizados, mas de pleitear e lutar por novos espaços de interlocução e de fortalecimento das pautas de mulheres.

Outras iniciativas dos governos do Partido dos Trabalhadores, como o programa Brasil sem Homofobia, combate à violência e à discriminação contra LGBTIs e promoção da cidadania homossexual, a instalação de uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o aborto e o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos figuraram entre os momentos em que estes conflitos envolvendo integrantes do governo e membros da “bancada cristã” tornaram-se públicos.

Apontar a relação e o vínculo entre os governos petistas e grupos religiosos, para nós, é fundamental, como chave de análise de um quadro do campo político onde estes se tornaram peças centrais, detentores de enorme capital político, social e econômico. Na visão de governabilidade e de democracia com as quais os governos petistas trabalharam estes agentes foram acumulando ainda mais capitais, galgando espaços e construindo um discurso hegemônico em torno de pautas ligadas a questão moral e da família, expressas através da chamada “ideologia de gênero”, que se tornariam amplamente vitoriosas, inclusive eleitoralmente em 2018.

No âmbito do Governo Federal este é um panorama geral sobre o cenário e os principais agentes em torno do debate sobre gênero e as políticas educacionais. Trouxemos a atuação do governos através de iniciativas e programas, as disputas internas e externas para mantê-los, e a derrocada destes após o impeachment de Dilma Rousseff. Mas para tornar este cenário mais completo é preciso considerarmos também a atuação do legislativo. E por isso, apresentamos um quadro com as proposições da Assembleia Federal no mesmo período analisado de Projeto de Lei que abordem gênero e educação. Nosso objetivo é identificar de que forma essa discussão estava ocorrendo na Câmara Federal, quem eram os agentes que se propunham a fazê-la, se estavam em sintonia com o governo e se estes projetos foram aprovados.

Tabela 2 – Projetos de Lei com a temática de gênero e educação (2003-2019)

PL	Teor	Autor(a)	Situação
2629/2007	Institui medidas de promoção da equidade de gênero na área de educação e de gênero e raça em atividades de formação e capacitação de trabalhadores.	Lídice da Mata - PSB/BA	Arquivado em 2011
2431/2007	Dispõe sobre a inclusão, nos currículos escolares, de conteúdos e práticas que contribuam para o combate da violência doméstica contra a mulher, ampliando a efetividade da Lei Maria da Penha	Maria do Rosário - PT/RS	Arquivado em 2011
8035/2010	Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 Item 3.9 (versão no PL) Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.	Poder Executivo	Transformado na Lei Ordinária 13005/2014. Este item foi suprimido na legislação aprovada.
2138/2015	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para punir a discriminação ou preconceito quanto à identidade de gênero ou orientação sexual.	Erika Kokay - PT/DF	Tramitando em comissões (2019)
962/2015	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, nos currículos do ensino fundamental e médio, a obrigatoriedade da temática “História das Mulheres	Conceição Sampaio - PP/AM	Apensado ao PL-3993/2008 e 7243/2017 Tramitando
6397/2016	Dia Nacional de Defesa da Liberdade na Educação Trecho da justificativa: “Gênero nas escolas é parte da formação cidadã e democrática que visa a redução de índices de violência contra a mulher, estupros, e outros crimes ligados à discriminação contra LGBTs, por exemplo.”	Pedro Uczai - PT/SC	Tramitando
6005/2016	Institui o programa “Escola livre” em todo o território nacional. V – a educação contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, orientação sexual, identidade e/ou 2 expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório. VI – o respeito à pluralidade étnica, religiosa, ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero.	Jean Wyllys - PSOL/RJ	Desarquivado em 2019
502/2019	Institui o programa “Escola Sem Mordaca” em todo o território nacional V – a educação contra o preconceito, a violência, a exclusão social e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, gênero, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório. VI – o respeito à pluralidade étnica, religiosa,	RJ, Luiza Erundina-PSOL/SP, Fernanda Melchionna-PSOL/RS, Sâmia Bomfim - PSOL/SP e outros	Apensado ao PL 6005/2016 Tramitando (2019)

	ideológica e política e à livre manifestação da orientação sexual e da identidade e/ou expressão de gênero.		
1447/2019	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir a distribuição de material educativo em toda a rede pública de ensino	Rose Modesto - PSDB/MS	Apensado ao PL-852/2019 Tramitando (2019)
852/2019	Institui a “Campanha Nacional Maria da Penha nas Escolas” e dá outras providências	Sâmia Bomfim - PSOL/SP	Apensado ao PL-598/2019 Tramitando (2019)
3741/2019	Cria o Programa Escola sem Discriminação de educação para o combate à violência contra LGBTs voltado a professores de instituições públicas e dá outras providências	David Miranda, Sâmia Bomfim - PSOL/SP	Apensado ao PL-7180/2014 Tramitando (2019)
3573/2019	Institui a Campanha Nacional pela Equidade de Gênero e Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.	Fábio Henrique - PDT/SE	Apensado ao PL-852/2019 Tramitando (2019)
3574/2019	Altera a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, para incluir determinação aos sistemas de ensino para que promovam ações de divulgação de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha.	Fábio Henrique - PDT/SE	Apensado ao PL-1447/2019. Tramitando (2019)

Fonte: construída pelas autoras.

O quadro exposto nos faz perceber que no período analisado, entre 2003 e 2019, não houve nenhum Projeto de Lei de iniciativa do legislativo unindo a temática de gênero ao campo educacional que tenha sido aprovado. Até o ano de 2010 apenas dois PLs haviam sido apresentados e ambos foram arquivados. Nem mesmo os deputados da base do governo investiram em projetos e iniciativas que vinculassem a discussão de gênero ao ambiente escolar. Portanto, as informações trazidas pelos quadros sugerem que até 2010 este debate havia ganhado relevância e/ou notoriedade na Câmara Federal. O Executivo Federal assumiu a função de promover ações neste sentido, políticas de governo, e administrou até 2010 as críticas e crises com setores conservadores e fundamentalistas religiosos ligados ao próprio governo.

Mas porque estamos insistindo em demarcar o ano de 2014? Este ano representou uma virada de chave nesse processo, pois foi nele que tiveram início os debates sobre o chamado KIT GAY e sobre Plano Nacional de Educação – PNE na Câmara Federal. Se até este momento, conforme dissemos, a Câmara ainda não havia protagonizado a discussão sobre a distribuição do Kit e a chamada “ideologia de gênero” promoveram este ápice. Por isso, é fundamental tratarmos de forma mais aprofundada sobre este episódio que foi determinante para uma mudança significativa na discussão sobre gênero e as políticas educacionais.

A atuação do legislativo

No primeiro Plano Nacional de Política para as Mulheres (2004), que tinha entre seus objetivos a educação inclusiva, e não sexista, visando a promoção do acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas, e no Plano Plurianual (2004-2007), haviam estratégias de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Nesse bojo, teve início em 2011 as disputas em torno do material que o Ministério da Educação elaborou, o Kit de Materiais Educativos do Projeto Escola Sem Homofobia.

Tratava-se de um conjunto de instrumentos didático-pedagógicos que visavam a desconstrução de imagens estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e o

convívio democrático com a diferença. É interessante observar que o projeto também teve o apoio de instâncias da sociedade internacional, tais como a rede internacional *Global Alliance for LGBT Education* (GALE) e a organização não governamental *Pathfinder* do Brasil, bem como de movimentos e de representantes da sociedade civil organizada como a Comunicação em Sexualidade (ECOS), a Reprolatina, Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva, e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O Projeto envolveu a elaboração de dois produtos específicos. Primeiramente, a preparação de um conjunto de recomendações elaborado para a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas de combate a homofobia nos processos gerenciais e técnicos do sistema educacional público brasileiro.

Num segundo momento, desenvolveram-se meios para a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar o combate a homofobia nas escolas e contextos educativos, de forma a repercutir nos valores culturais atuais. Essa estratégia envolveu a criação do já referido kit de material educativo que abordaria aspectos da homo-lesbo-transfobia no ambiente escolar, direcionado para gestores (as), educadores (as) e estudantes. Outro direcionamento do projeto era a capacitação de técnicos (as) da educação e de representantes do movimento LGBTI de todos os estados do país para a utilização apropriada do kit junto à comunidade escolar.

Cumprir registrar que o Kit foi embasado em pesquisas acadêmicas, investigações realizadas pela UNESCO e, também, por ONGs que comprovaram a forte presença da discriminação contra gays, lésbicas, transexuais e travestis dentro das escolas brasileiras. Criado por uma equipe multidisciplinar, o kit completo levou cerca de dois anos para ser pesquisado, construído e validado. A previsão era de que o material fosse distribuído a 6 mil escolas da rede pública no ano de 2011.

Entretanto, a distribuição do material provocou uma forte resistência em alguns setores da sociedade, em especial da “bancada cristã”. Deputados cristãos decidiram endurecer contra o governo depois que o ministro da Educação, nesse período, Fernando Haddad (PT), voltou atrás no compromisso feito com os parlamentares de permitir a participação deste, no debate sobre o kit, e declarar que iria manter o material como foi feito. O presidente da Frente Parlamentar Evangélica, deputado João Campos (PSDB), chegou a dizer na época que: “Os valores e princípios que defendemos são inegociáveis e, na medida em que o governo mentiu e não honrou aos seus compromissos, não nos resta outra opção”, disse, justificando a possibilidade de obstruírem todas as votações no Congresso, exceto o Código Florestal, caso o Kit não fosse recolhido

O governo que incentivou esse negócio de “Kit Gay”, aulas de homossexualismo nas escolas...tudo isso é do executivo. Não tem nada que vem do legislativo...O executivo coloca de maneira...com subterfúgios de uma maneira escondida vai fazendo resoluções sorrateiras. Quer colocar isso em pauta, mas não passa. Até hoje lá dentro não passou nada. A gente era base do governo. Apoiava para dar governabilidade (VITAL DA CUNHA; LOPES; LUI, 2017, pag. 33).

Os parlamentares aprovaram ainda a realização de uma comissão geral para discutir a cartilha e a divulgação dos vídeos, articularam uma CPI sobre o Ministério da Educação e um pedido de exoneração de Fernando Haddad. Dentre os principais argumentos apresentados por esses parlamentares para evitar a distribuição do material, era o conteúdo dos vídeos, considerado, por esses, inadequado para o ambiente escolar. “Não podemos deixar que uma minoria, que é a favor do kit, se sobreponha à maioria da população, para quem essa parte de orientação sexual e comportamento deve ser deixada para os pais, que sabem o melhor para os seus filhos”, defendeu o deputado

Marcio Marinho (PRB) (Siqueira, 2011). O à época deputado Jair Bolsonaro ainda filiado ao (PP) chegou a sugerir publicamente "couro" para corrigir filho "meio gayzinho" e prometeu mobilizar toda a "bancada cristã" para barrar o que apelidou de "kit gay" (BARROS, 2010).

Em respostas aos ataques oriundos de parcela do Congresso Nacional, diversas entidades e vários movimentos ligados aos direitos das mulheres, LGBTI, e em prol da diversidade, realizaram atividades públicas em defesa do projeto e emitiram uma série de notas oficiais sobre o Projeto Escola Sem Homofobia, que foi encaminhada à presidenta Dilma Rousseff, na qual sinalizavam seu descontentamento com a suspensão do "kit anti-homofobia". No documento, destacava-se que o país, apesar dos avanços, "mantém elevados índices de aceitação de manifestações sexistas, racistas, homofóbicas, que ainda é capaz de humilhar, machucar e matar pessoas por sua condição de idade, crianças e velhos, que é capaz de justificar até mesmo assassinatos de pessoas que optam por outras orientações sexuais que não se enquadrem na heteronormatividade". O documento acentuava, também, que "o Brasil é signatário de inúmeros compromissos internacionais", devendo, portanto, ser pautado pela democracia e pelo estado laico.

Diante desse quadro de disputa entre diferentes campos, a Presidenta Dilma Rousseff determinou a suspensão da distribuição dos Kits. Mesmo com a UNESCO publicando um parecer que dizia que esse projeto se utiliza do espaço da escola para articulação de políticas públicas voltadas para adolescentes e jovens, fortalecendo e valorizando práticas do campo da promoção dos direitos sexuais e reprodutivos dessas faixas etárias, sendo favorável à sua distribuição.

Confirmava-se o cenário em que a Câmara Federal entrevistou e conseguiu pressionar o Executivo a recuar em sua decisão. Iniciava-se uma atuação diferenciada do legislativo em relação a este debate, que até este momento, conforme mencionamos, não havia protagonizado esta discussão. Após a polêmica envolvendo a distribuição dos Kits a relação entre gênero e políticas educacionais passou a figurar nos discursos da Câmara e retornou com força total na tramitação do Plano Nacional de Educação – PNE.

A elaboração do PNE teve início ainda em 2008 na Conferência Nacional da Educação Básica quando o Ministério da Educação assumiu o compromisso institucional de apoiar a organização da Conferência Nacional de Educação. O processo de Conferência nacional previa a realização de etapas Municipais ou Intermunicipais e também estaduais onde são eleitos os representantes que irão para a etapa nacional. Desta forma, a Comissão Nacional definiu que as Conferências Municipais ou Intermunicipais deveriam ser realizadas no primeiro semestre de 2009, as Conferências Estaduais no segundo semestre de 2009 e por fim ocorreria em abril de 2010 a etapa nacional.

A construção das etapas seria pautada pelo tema central definido, a saber: "Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação". Nessa direção, a Conferência tinha como propósito contribuir com a política nacional de educação, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

A temática de gênero, orientação sexual e diversidade esteve presente de forma transversal em todos os documentos da CONAE, tanto o que serviu de referência para os debates nas etapas municipais e estaduais, quanto no documento final aprovado em plenária final com delegados e delegadas de todo país. Como resultado tivemos a consolidação de um texto norteador para o sistema educacional, que dialogava com as pautas dos movimentos identitários, e também um documento balizador para o projeto de Plano Nacional da Educação.

O documento final aprovado na Conferência ficou sob posse do MEC por cerca de seis meses. Durante este período ele foi adaptado para ser apresentado como proposição na Câmara

federal, fato que ocorreu em dezembro de 2010. Vale dizer que o projeto remetido aos deputados e deputadas, em que pese as mudanças no formato do texto e a necessidade de síntese, respeitou as linhas e diretrizes gerais aprovadas pela CONAE. Ou seja, a perspectiva de inclusão do debate de gênero e diversidade estavam presentes no PL n.º 8035-D, enviado pelo executivo federal.

Sua tramitação passou a sofrer questionamento em relação a presença dos artigos que continham a expressão gênero e orientação sexual na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, cujo relator era o senador Álvaro Dias à época filiado ao PSDB. A comissão substituiu gênero e orientação sexual ao longo do texto por termos como desigualdade. Mas estabeleceu-se de fato a polêmica no momento em que o Senador Vital do Rego (PMDB) apresentou um substitutivo, PLC n.º 103, onde gênero e orientação sexual voltavam a figurar no texto. Iniciava-se uma verdadeira batalha para a derrocada deste substitutivo. Entrava em cena um dos agentes mais importantes neste processo, o senador Magno Malta (PR). Pastor evangélico e atuante nas redes sociais, Malta, que já havia se envolvido em outra disputa envolvendo os movimentos feministas e LGBT, quando foi contrário ao projeto de lei 122 de 2006 que criminaliza a homofobia, passou a protagonizar no Senado a luta contra a chamada “ideologia de gênero”: “Ideologia de gênero é uma tentativa do Estado em interferir na família. Uma ameaça que devemos jogar no lixo” (MALTA, 2013).

A partir daí firmava-se o que Vital da Cunha (2014) chamou de atuação em rede e na rede de segmentos cristãos, para divulgar seus argumentos, convocar o apoio dos fiéis, difamar e acompanhar as ações dos opositores. Padres, pastores e instituições cristãs passaram a mobilizar contra o PLC 103. Constituiu-se uma atuação por meio de e-mails para os senadores líderes das bancadas no Senado, do uso das redes sociais e canais na internet e de petições online:

Diga não à Ideologia de Gênero em nosso sistema educacional!

Não queremos que a Ideologia de Gênero seja oficializada em nosso país!

Sr. Senador, venho, por meio deste e-mail exigir a rejeição do substitutivo do PNE, de autoria do senador Vital do Rêgo, e a rejeição da inclusão da igualdade de gênero como diretriz do plano nacional de educação.

A imensa maioria dos brasileiros é contra as práticas de sexualização precoce que serão oficializadas em nosso sistema educacional, caso esse substitutivo seja aprovado tal como está. Além disso, a introdução da ideologia de gênero em nossa legislação oficializará a completa subversão da estrutura familiar natural.

Por isso insisto no pedido de rejeição ao substitutivo do PNE, bem como na retirada de toda e qualquer noção relativa à igualdade gênero.

Atenciosamente,

[Seu nome]

Assine agora a petição para enviar um e-mail a cada um dos líderes de bancada no Senado!

Outros senadores também aderiram à campanha contra a “ideologia de gênero”, como Marcelo Crivella (PRB), que alegou em seu discurso no plenário que a discussão sobre diversidade e orientação sexual é papel da família e não do Estado. O senador ainda afirmou que o pai e mãe são os responsáveis pela transmissão dos princípios, valores e tradições, cabendo aos professores o ensino, a formação para a cidadania e o preparo para a vida profissional:

Essas coisas têm um valor sagrado. Essas coisas são caras a nós, cujas tradições, princípios e valores são os da família. Daquela família 'adâmica': um homem, uma mulher e seus filhos. E agora com essa discussão de ideologia de gênero nós ficamos sujeitos a deformações, que amanhã poderão ter reflexos muito complexos até de serem avaliados, porque vai dar uma confusão no futuro. E pior, desautorizar o pai e a mãe na sua autoridade de educador - afirmou o senador

(AGÊNCIA SENADO, 2013).

Nota-se que mesmo os parlamentares da base do governo, como o senador Marcelo Crivella, colocaram-se contrários à tentativa do mesmo de aprovação de um texto do PNE com a presença dos dispositivos referentes a gênero e orientação sexual. Estabeleceu-se um cenário onde senadores da situação e da oposição se uniram diante do veto a chamada “ideologia de gênero” nas escolas. Também é fundamental mencionar que católicos e evangélicos atuaram de forma uníssona nesta campanha contra o que consideraram como fim da família e o estímulo à homossexualidade.

Padre Paulo Ricardo, da arquidiocese de Cuiabá, onde trabalha como vigário judicial, também se tornou uma das figuras de destaque no embate a “ideologia de gênero” e na unidade dos cristãos. Tendo lecionado em lugares como as Faculdades de Filosofia e de Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco e o Instituto Regional de Teologia, padre Paulo Ricardo já escreveu alguns livros e apresenta atualmente um programa na Rede Canção Nova de Televisão. Contudo, ganhou visibilidade com sua atuação na internet. Seus vídeos com sermões pregando contra a esquerda e suas tentativas de acabar com a família têm uma enorme audiência. Um desses vídeos chegou a ter 500 mil visualizações. Outro, mais de 100 mil. Padre Paulo Ricardo também ministra cursos e palestras em todo o Brasil contra o “perigo do gênero” e se tornou um dos principais agentes católicos envolvidos nesta disputa. Em sua página na internet ele elogiou e agradeceu em diversos textos e vídeos a atuação de parlamentares contrários a “ideologia de gênero”, dentre eles o senador evangélico Magno Malta:

Preciso agradecer a união de todos no esforço de mostrar aos senadores qual era o parecer da sociedade brasileira sobre estes temas. Menciona-se, de modo especial, o senador Pedro Taques, [...], e o senador Vital do Rêgo, que, como católico praticante, dispôs-se a trabalhar nas referidas emendas. Também deve-se agradecer os senadores Magno Malta e Ricardo Ferraço, que contribuíram no debate (PADRE PAULO RICARDO, 2013)

Cumpra destacar que o senador Vital do Rêgo fora o responsável por apresentar um substitutivo que reintroduzia gênero e orientação sexual no texto do PNE: a alteração empreendida no inciso III do art. 2º do projeto de lei, que elimina a menção expressa às espécies de discriminação que se almeja combater contrária orientação contida no rol de objetivos fundamentais da Constituição Federal que elenca e identifica essas espécies discriminatórias. Contudo, conforme exposto e diversas passagens nas redes sociais e na página do Padre Paulo Ricardo, seu vínculo e compromisso com a Igreja Católica o fez identificar qual a era posição da maioria dos católicos e a ameaça contra a família em curso, tendo o senador alterado sua posição pouco tempo depois de apresentado o substitutivo.

Mesmo com toda pressão, tanto de senadores, quanto de agentes religiosos externos, houve resistência de figuras progressistas que buscaram sustentar a presença da temática no Plano, como o senador Paulo Paim (PT): “Construir uma linha para que se combata o ódio, a intolerância, a agressão e o desrespeito às pessoas em todos os sentidos: negro, índio, religioso, orientação sexual. Enfim, é um projeto global, que beneficia a todos”. Também houve tentativa de mobilização das feministas e da população LGBT, que assim como os religiosos, buscaram nas redes uma forma de pressionar o Senado:

Congresso Nacional: Inclusão da Igualdade de Gênero no PNE (Plano Nacional de Educação)
[...] A questão de gênero - cujo tema principal visa combater duramente as práticas preconceituosas e discriminatórias iniciadas na infância - é o grande alvo de toda polêmica que envolve o Plano Nacional de Educação, já que obriga educadores a discutir com os alunos a equidade de gênero, seja qual for. O problema é que muitos religiosos protestam e defendem duramente

a exclusão deste trecho que - para eles - é apenas um "detalhe" que contradiz sua moral. [...]

A Escola precisa ter um papel determinante e ser um contraponto positivo à educação familiar, pois ninguém nasce com preconceitos, mas os aprende. A Escola precisa ensinar à criança não apenas a ler, escrever, fazer contas, aprender geografia, ciência, mas também ensiná-la como ser uma pessoa conscienciosa, adepta da cultura da tolerância. (AVAAZ, 2013).

A polêmica em curso levou o plenário do Senado Federal a adiar a votação do Plano Nacional de Educação por duas vezes, mas em dezembro de 2013 o substitutivo do Senado nº103 de 2012 foi aprovado, sem a referência a gênero e orientação sexual, e foi remetido a Câmara Federal. Assim, o senado havia dado o pontapé para toda a batalha que viria a se construir em torno da chamada “ideologia de gênero”. Deputados religiosos, católicos e evangélicos, passaram a fazer referência a este debate na tribuna, a usar as redes sociais e seus canais de comunicação para alertar sobre o perigo que representava a presença do termo gênero no PNE.

Em sequência, durante a tramitação na Comissão especial, e no demais percurso pela Câmara, parlamentares e ativistas que pressionaram pela retirada das questões do texto levaram cartazes com dizeres do tipo “Gênero não!” ou “Não à ideologia de gênero!”. O plenário da Câmara também chegou a reunir em algumas sessões mais de 150 jovens, líderes pró-vida e famílias católicas e evangélicas contrárias a qualquer referência de gênero ou orientação sexual no texto do plano. Essas famílias e lideranças pró-vida também realizaram trabalho junto aos deputados da “bancada cristã”, novamente através de petição sobre o assunto que contou com ampla divulgação nas redes sociais. Dentre as justificativas apresentadas pelos parlamentares para a retirada das questões, estavam o enfrentamento à “ditadura gay” e a “salvação da família” (TOKARNIA, 2014).

Importante dizer que a dita “ideologia de gênero” foi taxada pela “bancada cristã”, como sendo munição dos movimentos que agem no Brasil para “a destruição da família” (TOKARNIA, 2014). É necessário ainda destacar que estas lideranças religiosas para dar visibilidade ao tema recorreram amplamente às redes digitais. O site evangélico de notícias Gospel+, por exemplo, foi um dos que mais publicou denúncias referentes à “ideologia de gênero” no PNE, alegando sempre que em países que foram “dominados” pela “ideologia de gênero”, a família teria sofrido sérios prejuízos.

Antes de ser aprovado o projeto recebeu ainda novas Emendas ao substitutivo nº103 de 2012 do Senado e teve outro Parecer apresentado pelo deputado Ângelo Vanhoni, quando seguiu para votação em turno único. Assim, em junho de 2014, chegava ao fim o percurso percorrido pelo plano desde há CONAE quatro anos antes. Estava aprovada a Lei nº 13.005/2014 (BRASIL, 2014).

O Projeto de Lei que originou o PNE se tornou aquele que contou com o maior número de emendas recebido até hoje, na Câmara, tendo sido alvo de discussões em diversas entidades, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além de casas legislativas estaduais. Ao todo foram 3.365 emendas.

Na última diretriz, alvo da “bancada cristã”, vimos que se retirou a erradicação das desigualdades de gênero e orientação sexual para uma forma genérica, onde se diz “formas de discriminação”. Além disso, é importante destacarmos que se incluiu no texto aprovado expressões como “valores morais”, “ética” e “formação integral do cidadão”.

No Artigo V, por exemplo, foi substituído o item que mencionava a formação para o trabalho e para a cidadania; por formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade. Mudanças textuais que foram acompanhadas de intenso debate pautado centralmente no discurso da defesa da moralidade e da educação como

redentora destes valores. Assim, pode-se considerar que no âmbito dos dispositivos relacionados às questões morais e valores que deveriam integrar o planejamento educacional do país houve a vitória da coalizão conservadora, protagonizada pelos religiosos:

Vale dizer que movimentos sociais, entidades que atuam na educação e os movimentos identitários, especialmente as feministas e os LGBTI, apresentaram cartas públicas à presidenta solicitando, dentre outras coisas a completa insatisfação com a ausência de qualquer referência a gênero e orientação sexual. Entretanto, a presidenta Dilma Rousseff sancionou em 2014 o texto do Plano Nacional de Educação sem vetos.

Configura-se a partir destes dois episódios retratados a perseguição explícita de parcela significativa do legislativo federal brasileiro ao que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”. Cumpre mencionar que diversos outros elementos da conjuntura foram determinantes para isso, mas para análise que nos propomos realizar neste artigo é importante registrarmos de que forma esses episódios contribuíram para a conformação deste cenário e como este processo se deu de forma conjugada com o avanço do que estamos denominando *desdemocracia*. Temos em 2011 o Kit Gay, em 2014 o pânico moral gerado pela “ideologia de gênero” e o crescimento vertiginoso do movimento escola sem partido em todo o país, em 2016 o impeachment de Dilma Rousseff e de lá para cá um avanço dos ataques a toda e qualquer tentativa de promoção de diálogo entre gênero e educação.

Saímos de um quadro onde buscamos identificar os projetos que tratavam de iniciativas sobre gênero e políticas educacionais para a partir de 2015 um quadro antagônico onde há uma série de PLs que visam proibir essa discussão. Conforme mostramos abaixo:

Tabela 3 – Projetos de Lei contra a temática de gênero e educação (2003-2019)

PDC 214/2015	Susta a Portaria nº 916, de 9 de setembro de 2015, do Ministério da Educação, que “Institui Comitê de Gênero, de caráter consultivo, no âmbito do Ministério da Educação	Pastor Eurico - PSB/PE, Alan Rick - PRB/AC, Alberto Fraga - DEM/DF, Anderson Ferreira - PR/PE, Andre Moura - PSC/SE, Antonio Bulhões - PRB/SP, Aureo - SD/RJ, Capitão Augusto - PR/SP, Carlos Andrade - PHS/RR, Carlos Gomes - PRB/RS, Celso Russomanno - PRB/SP, Diego Garcia - PHS/PR e outros	Desarquivado em 2019
2731/2015	Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE, para dispor sobre a proibição do uso da ideologia de gênero na educação nacional.	Eros Biondini - PTB/MG	Apensado ao PL-3236/2015 Retirado pelo autor em 2015.
PDC 48/2015	Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao	Professor Victório Galli - PSC/MT	Desarquivado em 2019

	reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.		
10577/2018	Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil	Cabo Daciolo - PATRI/RJ	Desarquivado em 2019
9957/2018	Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola VI – não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero.	Jhonatan de Jesus - PRB/RR	Desarquivado em 2019
10659/2018	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas	Delegado Waldir - PSL/GO	Desarquivado em 2019
258/2019	Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar	Pastor Eurico - PATRI/PE	Apensado ao PL-7180/2014. Tramitando (2019)
1239/2019	Proíbe a aplicação de recursos públicos, bem como o uso das estruturas e instituições da Administração Pública Direta ou Indireta, das Fundações, Autarquias e Empresas Públicas e Privadas prestadoras de serviços do Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e outros, nas ações de difusão, incentivo e valorização da IDEOLOGIA DE GÊNERO	Pastor Sargento Isidório - AVANTE/BA	Tramitando (2019)
520/2019	Susta a aplicação da Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018, do Pleno do Conselho Nacional de Educação, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.	Dr. Jaziel - PL/CE	Tramitando (2019)
246/2019	Institui o “Programa Escola sem Partido”. Art. 2º O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero	Bia Kicis - PSL/DF, Chris Tonietto - PSL/RJ, Carla Zambelli - PSL/SP, Caroline de Toni - PSL/SC, Gurgel - PSL/RJ, Carlos Jordy - PSL/RJ, Aline Sleutjes - PSL/PR, Luiz Philippe de Orleans e Bragança - PSL/SP, Léo Motta - PSL/MG, Alê Silva - PSL/MG, Coronel Armando - PSL/SC, Alexis Fonteyne -	Tramitando (2019)

		NOVO/SP, Kim Kataguirí - DEM/SP, Paulo Eduardo Martins - PSC/PR, Sóstenes Cavalcante - DEM/RJ, Filipe Barros - PSL/PR, Julian Lemos - PSL/PB e outros	
--	--	---	--

Fonte: construída pelas autoras.

O quadro nos mostra que desde 2015 passou a haver um investimento do legislativo em apresentar projetos que visam coibir qualquer discussão sobre gênero e orientação sexual nas escolas. Estes PLs estão todos em tramitação. Vimos, portanto, uma mudança nesta atuação do legislativo após os episódios do “Kit gay” e do PNE. Contudo, é importante relacionarmos este cenário experimentado no Brasil com o contexto internacional, de retração geral das democracias liberais. Ao mencionarmos isso chamamos atenção para o fato de que os ataques a dita “ideologia de gênero” possuem um caráter global, apesar das características regionais adquiridas em cada país.

Esta perspectiva, adotada por autoras como Flávia Biroli (2018), compreendem esta reação ao gênero como parte importante e estratégica da *desdemocratização* em curso. Estabelece-se, portanto, uma conexão entre a dimensão moral e econômica, onde a primeira, mobiliza através do medo e da insegurança apoio popular para mudanças de caráter antidemocráticas nos demais campos. E é assim que o Estado se torna um ator agudo contra o gênero, na busca deste apoio e desta agenda moral.

Nesse sentido, Cunha (2016) afirma que as disputas em torno da agenda de gênero compõem, atualmente, a crise das democracias liberais e que são também uma chave na conexão entre conservadorismos, a mobilização de públicos e a ascensão de projetos autoritários por meio do voto. Desse modo, vemos emergir uma convergência entre diferentes conservadorismos em torno da apologia à família, que vem se traduzindo na retirada de direitos sociais, na restrição de direitos individuais e de minorias e na noção de “maioria moral”.

E para consolidar tal agenda acreditamos que o principal campo de atual escolhido foi o educacional, através do que Cunha (2016) chamou de movimento de contenção, onde há a tentativa explícita de censurar, impedir e conter o debate, os estudos e o avanço de pautas e temas, como os relacionados a gênero, sexualidade e questão racial. Para isso, é preciso criar um cenário de pânico moral, propagando medo, insegurança e principalmente ódio aos professores.

A perseguição se constrói de diversas formas, com um movimento de *denuncismo*, nas redes sociais, nas próprias instituições de ensino, com discursos de agentes políticos e com Projetos de Lei como os que listamos no terceiro quadro. Mas também é necessário impor a esta nova escola defendida, livre dos “doutrinadores” e daqueles que querem sexualizar e acabar com as famílias, novos conteúdos e projetos educacionais. E então surge o museu de grandes novidades: educação moral e cívica, ensino religioso, escola civil militar. E assim, com contenção e imposição, a educação brasileira vem sendo um dos principais polos de reação ao gênero como forma de consolidar a agenda moral do projeto de *desdemocracia* em curso no país.

Considerações finais

A atuação dos movimentos feministas e LGBTI a partir da década de 1970, de acordo com Biroli (2018) politizando as relações de gênero contribuiu para pressionar para que alguns temas e agenda política que interpelam o Estado se tornassem públicos. No que tange os direitos sexuais e reprodutivos, essa politização esteve diretamente relacionada a produção de leis e de políticas que

se afastavam de práticas e normas fundadas na autoridade moral da Igreja.

Mas esse era um período em que globalmente as democracias liberais e Estados respondiam positivamente a estas pressões, atendendo parte da reivindicação dos movimentos de mulheres e LGBTI. É também neste momento que ocorre a incorporação destas pautas no sistema internacional de direitos humanos e uma ampliação de direitos sociais e reprodutivos em grande parte das democracias liberais. Portanto, entre os anos 1970 e começo dos anos 2000 podemos falar em um contexto internacional favorável para movimentos de mulheres e LGBTI nos ditos regimes democráticos.

Não é uma idealização das democracias liberais, mas um destaque para um contexto em que foi possível disputar, com limites, projetos e alguns avanços. E principalmente a compreensão da conexão entre a dimensão moral, econômica e política do cenário o qual analisamos. A chamada “ideologia de gênero”, epistemologia criada na década de 1990 por setores conservadores católicos, está ao nosso ver imbricada aos demais processos políticos em curso no país, a *desdemocracia* que se estabelecia.

Estes são alguns dos elementos e algumas das pistas que nos fazem pensar que essas novas tentativas autoritárias de controle sobre as sexualidades, identidades e as subjetividades se relacionam com um contexto de insegurança e desproteção econômica e social. Essas incertezas são traduzidas em uma agenda moral que ataca especialmente mulheres e LGBTIs, já que tem seu centro na questão da família, com apelo popular para “solucionar” toda desproteção vigente com medidas antidemocráticas. Completa-se, assim, a conexão de ordem moral, econômica e política, onde a educação cumpre um papel estratégico.

Referências

- AVAAZ. **Inclusão da Igualdade de Gênero no PNE (Plano Nacional de Educação)**. Petição Online. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://secure.avaaz.org/po/petition/Congresso_Nacional_Inclusao_da_Igualdade_de_Genero_no_PNE_Plano_Nacional_de_Educacao/?pv=4>. Acesso em: 21 maio. 2020.
- BARROS, A.C. **MEC prepara kit anti-homofobia e provoca reação**. Terra Magazine. São Paulo, 20 dez.2010. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,014851100-EI6594,00-MEC+prepara+kit+antihomofobia+e+provoca+reacao.html>>. Acesso em: 14 out. 2019
- BIROLI, F. (2018). **Reação conservadora, democracia e conhecimento**. Revista De Antropologia, 61(1), 83-94.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**, de dezembro de 2004. Brasília/DF, Secretaria especial de políticas para as mulheres – SPM, 2004. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/plano-nacional-politicas-mulheres.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hiv_aids_exp_bras.pdf>. Acesso em: 24 out. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD. Brasília/DF, maio, 2007a. Disponível em: <http://prona-campo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 11 out. 2019.
- CARREIRA, D. **Gênero e educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais** / Denise Carreira et al. São Paulo/SP, Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos

Chagas, 2016.

CARVALHO, M. P. **Gênero e política educacional em tempos de incerteza**. In HIPÓLITO, A.M.; GARDIN, L. A. (Orgs.) *Educação em tempos de incertezas*. Belo Horizonte/MG, Autêntica, 2000.

CUNHA, L. A. **O projeto reacionário de educação**. 2016. Disponível em: http://www.luizantonio-cunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf. Acesso em: 29 out.2019.

DA REDAÇÃO E DA RÁDIO SENADO. **Marcelo Crivella critica discussão de ideologia de gênero nas escolas**. Agência Senado. Brasília/DF, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/06/23/marcelo-crivella-criticou-a-discussao-da-ideologia-de-genero-nas-escolas>>. Acesso em: 21 out. 2019.

MARIANO. R. **O Governo Lula e as igrejas cristãs**. In DIAS, Marcia Ribeiro; SANTOS PÉREZ, José Manuel. (Org.). *Antes do vendaval: diagnóstico sobre os dois primeiros anos do Governo Lula no Brasil*. Porto Alegre/RS, v. 1, p. 221-239, EDIPUCRS. 2006.

MADSEN, Nina. **A construção da agenda de gênero no sistema educacional brasileiro (1996-2007)**. 2008. 199 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SIQUEIRA. C. **Deputados cristãos ameaçam convocar Palocci se governo mantiver “kit anti-homofobia”**. Câmara notícias, seção educação e cultura. Brasília/DF, 24 maio. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/197537-DEPUTADOS-CRISTAOS-AMEACAM-CONVOCAR-PALOCCI-SE-GOVERNO-MANTIVER-%E2%80%9CKIT-ANTI-HOMOFOBIA%E2%80%9D.html>>. Acesso em: 26 out. 2019.

TOKARNIA, M. **Comissão da Câmara aprova texto-base do PNE e retira questão de gênero**. Portal EBC, Agência Brasil. Brasília/DF, EBC, 22 abr. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2014-04/comissao-da-camara-aprova-texto-base-do-pne-e-retira-questao-de-genero>>. Acesso em: 20 set. 2019.

TONI, J. de. **A participação social no planejamento governamental: a experiência do governo Lula, Brasil**. XI Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Ciudad de Guatemala. *Anais*. Guatemala, nov. 2006.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. **O gênero nas políticas públicas de educação**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo/SP, v. 34, n. 121, p. 77-104, Fundação Carlos Chagas. 2004a.

_____. **Gênero e políticas educacionais: impasses e desafios para a legislação brasileira**. In VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. *Gênero e educação: educar para a igualdade*. São Paulo/SP, p. 1-160, CEM, SME/SP. 2004b.

VITAL DA CUNHA, C; LOPES, P.V.L; LUI, J. **Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições de 2014**. Rio de Janeiro/RJ, Fundação Heinrich Böll/ISER, 2017. 196f.

Artigo recebido em: 30/05/2020

Artigo aceito em: 29/07/2020